

## INFORMATIVO 019 DO COMANDO NACIONAL DE GREVE



No 24º dia de greve nacional – que conta com os estados **AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, RO, RR, SE, SC, SP e TO** –, os representantes do Comando Nacional de Greve da Fenasps (CNGF) participaram de duas importantes audiências.

Importante destacar que as propostas da Carreira da Seguridade Social e Anvisa, estão sendo tratadas em audiências específicas, conforme relatórios já disponíveis na página da FENASPS, enviado para os Estados por email.

Os membros do grupo técnico participaram dos debates dos GTs para tratar dos processos de trabalho na sede do INSS. Um grupo do comando analisou dados da folha de pagamento para apresentar ao Ministério do Planejamento (MPOG), na continuação das negociações da greve iniciada no último 7 de julho.

Nesta última reunião, representantes do CNGF debruçaram-se sobre as principais reivindicações da categoria junto ao secretário de Relações de Trabalho, Sergio Mendonça e equipe, formada por Edina Maria, José Borges e Vladimir Nepomuceno, com a participação da presidente do INSS, Elisete Berchiol, e do coordenador de Gestão de Pessoas do INSS, José Nunes. Ponto a ponto, foram discutidos os assuntos abaixo. As propostas da Fenasps estão **em negrito**.

### • GDASS

O governo se comprometeu a fazer cálculo da média dos pontos da GDASS recebida pelos servidores ao longo dos últimos cinco anos acrescentando (**não é incorporação**) na parcela de remuneração a diferença no valor das aposentadorias ao logo de três anos (2017, 2018 e 2019) para quem ingressou no serviço público até o dia 19 de fevereiro de 2004, quando entraram em vigor as novas regras de aposentadorias pelas Emendas Constitucionais 41 e 47.

A lei estabelece que no ato das aposentadorias, quem já preencheu todos os requisitos receberia 50 pontos. Assim, ao longo dos três anos receberia a diferença entre os 50 pontos e a média encontrada.

Exemplo: *quando um trabalhador no cálculo da média alcançar 80 pontos, teria acrescido 10 pontos a cada ano (80 - 50 = 30 que dividido em 3 anos daria 10 pontos ao ano,) assim sucessivamente em relação à média encontrada até os 100 pontos.*

A mesma política deverá ser implementada para o conjunto das categorias dos servidores públicos federais que possuem situação similar de gratificação na aposentadoria.

Existe, porém, um limitador. Os servidores que não se aposentaram antes da implantação e regulamentação da GDASS (aproximadamente 23 mil servidores) não teriam este acréscimo nas aposentadorias.

Entretanto, a SRT afirma que precisa haver uma reunião com jurídico do MPOG para apreciar a proposta.

**A Fenasps solicitou que os efeitos sejam adiantados para 2016 e ressaltou que, do universo de 30 mil aposentados, apenas sete mil se enquadrariam considerando a data-limite de 19 de fevereiro de 2004. Também, os representantes do CNGF alertaram que, em média, 24 mil se aposentaram pela regra da EC 41 e 47 dentro da paridade e integralidade.**

## ● GDASS – PARTE VARIÁVEL E FIXA

Para os servidores em atividade, o governo considerou apresentar a proposta de fazer inversão da parte fixa e parte variável da remuneração dos servidores do INSS, dentro da relação GDASS - vencimento básico. Com isso, a proporção 70% variável e 30% fixa se tornaria **70% fixa (não sujeita à avaliação) e 30% variável**, com implementação em três anos (2016, 2017 e 2018).

**A Fenasps novamente reafirmou a proposta de incorporação ao vencimento básico, mas independente de como isso seja viabilizado, que tal proposta do governo seja antecipada para 2016 de uma só vez, pois não haverá efeitos financeiros.**

## ● PROGRESSÃO FUNCIONAL

A SRT propôs retornar em 12 meses a progressão, sem a retroatividade financeira.

**A intervenção da Fenasps foi para acertar a referência de todos que foram atingidos durante a vigência dos 18 meses, acertando a tabela de progressão. Os representantes da SRT ficaram de analisar e dar retorno.**

## ● ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Os ministros do Planejamento e da Previdência Social estão analisando as reivindicações das Entidades para revisar a Orientação Normativa (ON) nº 6. Os órgãos estão conversando e devem dar parecer em breve, que modificará a concessão de insalubridade para servidores de todos os órgãos do Serviço Público Federal que trabalhem em condições insalubres. Segundo o governo, as reuniões interministeriais tiveram por objetivo buscar resolução do problema.

**A FENASPS propôs que enquanto isso não se resolver, seja mantido o pagamento do adicional a todos os servidores, suspendendo a realização dos laudos ambientais com base na ON 06.**

## • ALTERAÇÃO DA IN 74

O governo disse que atenderá à reivindicação da FENASPS de alteração da Instrução Normativa 74, para que os efeitos não se apliquem aos servidores do INSS. Até que isso seja viabilizado, adotarão a legislação vigente (lei 8112/90, etc) para apurar eventuais problemas administrativos que possam existir.

## • PLANO DE CARREIRA

Após 31 anos de muita luta, caso avancem as negociações e se houver acordo, será criado por Lei um Comitê Gestor de Carreira com representação do Ministério do Planejamento, Ministério da Previdência, INSS, e das entidades nacionais de caráter sindical representativas dos servidores do INSS. A primeira tarefa deste Comitê seria a elaboração de Reestruturação de Carreira do Seguro Social em um prazo de 12 meses prorrogável por 12 meses. Após sua conclusão, o Comitê continua gerindo todos os temas relacionados à Carreira.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO - PLANO DE AÇÃO

O governo não aceita fazer alteração nas metas do Plano de Ação de 2015, alegando o mesmo foi assinado por mais de 1.500 gestores e, portanto, já está encerrando o ciclo de 2015.

Assume, porém, o compromisso para permitir a participação dos trabalhadores e representantes das Entidades para as discussões do novo plano de ação a ser implementado no ano de 2016.

**A FENASPS reafirmou que queremos discutir o processo de trabalho, para alterar os ritmos e o tempo de atendimento a população, bem como definir coletivamente a demanda em cada local de trabalho com controle da oferta de serviços por realidade local, conforme discussões feitas pelo grupo de trabalho que está realizando reuniões técnicas durante a greve.**

## • 30 HORAS

A FENASPS reafirmou proposta já apresentada ao governo para implantar as 30 horas de trabalho para todos os servidores, resolvendo uma demanda de 31 anos de luta. No limite, acordamos o aplicação do Decreto 4836 de 2003(1590/95) que prevê 30 horas para: **atividade em turno ininterrupto; trabalho noturno; turno ininterrupto de 12 horas no atendimento ao público.**

Após um debate muito intenso e acalorado, o governo informou que, independentemente do cargo, vale a atividade que está desenvolvendo desde que amparada no decreto. Órgãos que descumpriram sofreram punições bem como seus gestores, por meio do Ministério Público da União (MPU) e outros órgãos de controle. A aplicação deverá ser mediante portaria da autoridade máxima do órgão, no caso, o Ministro.

A bancada do governo afirmou que por muito tempo a jornada de 30h ficou desregulamentada. A presidente do INSS sinalizou com a possibilidade de não aplicar o os critérios do REAT no ciclo, para avaliação do modelo.

**Fomos taxativos em dizer que esta é questão estratégica para os servidores, sendo um dos maiores motivadores da categoria entrar em greve paralisando APS em 27 Estados, e apesar dos argumentos do governo, os Ministérios da Saúde e Trabalho, com autorização do Ministério do Planejamento, implantaram turno ininterrupto de 12 horas com base no Decreto 4836/2003 para os servidores do quadro. Portanto, não vemos razões do governo recusar a adotar esta jornada no INSS. Reafirmamos firmemente que a carga horária, não pode ser usada em hipótese alguma como instrumento de gestão.**

Os representantes do governo disseram que não têm autorização para aplicar o decreto, porém irão discutir isto internamente e buscar alternativas para resolver o problema da jornada.

## **Os representantes do CNGF Exigiram 30 horas para todos os servidores.**



### **● PAUTA FINANCEIRA**

Mais uma vez, a SRT reapresentou a proposta de reajuste em quatro anos com base em expansão da folha e índices de reajuste já expostos (21,3%) parcelados em quatro anos, afirmando que tem dificuldades em oferecer reajuste diferenciado em função dos ajustes fiscais e contenções orçamentárias. Sergio Mendonça, porém, reconheceu que em virtude da forte greve, a SRT poderia estudar proposta em relação a valores diferenciados.

**A Fenasps apresentou proposta de reposição do valor em R\$ 1.200,00 a partir de 2016 para ser aplicado na reestruturação da Carreira, estes valores seriam agregados no conjunto da remuneração, conforme a situação funcional de cada servidor.**

O Governo fez cálculos e disse que o valor está *“muito distante da possibilidade de negociação”*. Nesse momento, Sergio Mendonça ameaçou se retirar da reunião, pois acreditava que as propostas apresentadas poderia ser determinantes para encerrar a greve nos próximos dias.

**As entidades ponderaram que se para eles tal valor é irreal, para nós 5,5% em 2016 também, e que a greve se configura como uma das maiores já feitas pela categoria, exigindo uma resposta concreta do governo para atender suas demandas. Propusemos ao governo analisar as propostas da FENASPS com objetivo avançarmos nas negociações do conjunto da pauta de reivindicações.**

A FENASPS exigiu resposta por escrito do governo para encaminhar para as assembleias de base. O governo disse que iria analisar e posteriormente responder a pauta e marcar nova audiência em data a ser definida. O Comando de Greve estará de plantão, inclusive no final de semana, aguardando eventual resposta por escrito do governo para encaminhar para apreciação dos trabalhadores.

**Mais do que nunca, os trabalhadores precisam estar unidos, coesos e firmes na greve. Não deixamos de alertar os servidores a respeito de boatos que enfraqueçam o movimento. Agora não é hora de recuar: ao contrário, é preciso ampliar e fortalecer a greve, com mobilizações, manifestações de rua e atividades afins.**

**Convocamos todos os servidores que ainda não entraram em greve que se mobilizem, pois o momento é agora!**

Brasília, 31 de julho de 2015

**Comando Nacional de GREVE da FENASPS - CNGF**